

CORREIO POLÍTICO

POR RUDOLFO LAGO



Marco Antônio/Secom Maceió

Buracos provocados pelo afundamento do solo

CPI de Renan põe Odebrecht novamente na berlinda

Uma semana depois de o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, anular as provas obtidas contra a empreiteira Odebrecht na Lava Jato, a empresa, que agora se chama Novonor, volta à berlinda a partir de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) pedida pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL). Renan obteve na quinta-feira (14) as assinaturas para

instalar a CPI da Brasken, que torna a empreiteira alvo na investigação de um dos maiores desastres ambientais urbanos do planeta. Ao explorar sal-gema em Maceió, a Brasken produziu um grato que atingiu oito bairros da capital de Alagoas, afetando a vida de cerca de 200 mil pessoas. A petroquímica Brasken é controlada pela Novonor.

Rachaduras

Em 2018, após um período de fortes chuvas, rachaduras começaram a aparecer nas ruas e moradias dos bairros. O Serviço Geológico do Brasil verificou que a causa das rachaduras era a exploração do sal-gema, que estava provocando o afundamento do solo.

R\$ 1,7 bilhão

Em julho deste ano, a Brasken fez acordo para ressarcir Maceió em R\$ 1,7 bilhão pelos prejuízos. Nesse meio-tempo, porém, surgiram informações de que a empresa seria vendida para a Petrobras, a sócia minoritária. Renan quer a suspensão dessas negociações.



Lula Marques/ Agência Brasil

Renan obteve 45 assinaturas na CPI

Com 45 assinaturas, ideia é fazer ampla auditoria do caso

Antes de qualquer venda, Renan e o governador de Alagoas, Paulo Dantas (MDB), avaliam que é preciso de fato calcular qual é o prejuízo que a Brasken causou a Maceió e a Alagoas para que isso seja abatido do valor total da venda. Diante do grande prejuízo, é possível que hoje a Brasken, na prática, não valha mais nada.

A ideia agora é que a CPI sirva para fazer de forma ampla auditoria. O comprometimento dos oito bairros com o abandono de casas, prédios e lojas teria gerado, segundo os cálculos do governo de Alagoas, uma perda de R\$ 2,5 bilhões em arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS).

Silêncio do PL

Diante das investigações que hoje atingem o ex-presidente Jair Bolsonaro, sua mulher, Michelle, e seu candidato a vice nas eleições do ano passado, general Braga Netto, o PL resolveu mudar sua estratégia de comunicação. Opta agora por um quase silêncio de sepultura.

Reativo

Segundo, torna o PL somente reativo, sem o domínio de suas narrativas, o que é ruim para as suas pretensões. Ao optar somente a responder demandas por e-mail, o PL para de conversar com jornalistas. E deixa de ter, então, uma linha própria de estratégia.

Controle

Respostas agora, só por e-mail. Por um lado, é uma forma de garantir maior controle das respostas, o que ajuda a evitar mal-entendidos em um momento delicado. Por outro, porém, traz uma série de outros prejuízos. Primeiro, revela o incômodo do partido.

Mil prefeitos

O PL tem como projeto eleger mil prefeitos no ano que vem. E planeja ter Bolsonaro e Michelle como puxadores de votos. Braga Netto é opção para a prefeitura do Rio. Alvos, os três sofrem desgaste. E o partido de Valdemar agora não sabe como lidar com isso.

STF condena três réus do 8/01

Dois réus pegarão 17 anos de prisão e um a 14 anos

Por Gabriela Gallo e Murilo Adjuto

O plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) retomou, na quinta (14), o julgamento dos primeiros réus acusados de participarem dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, em Brasília. Os réus Aécio Lúcio Costa Pereira e Matheus Lima de Carvalho Lázaro foram condenados a 17 anos de prisão. Outro acusado, Thiago de Assis Mathar também foi condenado a 14 anos de prisão.

Ainda falta o julgamento de Moacir José dos Santos, o único que está solto até agora. Todos eles são julgados pelos mesmos crimes, citados da denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR): associação criminosa armada, abolição violenta do Estado Democrático de Direito, Golpe de Estado, deterioração do patrimônio tombado e dano qualificado pela violência e grave ameaça contra o patrimônio da União. Os três acusados foram condeandados pelos cinco crimes.

Primeiro réu

Para o primeiro relator, ministro Alexandre de Moraes, calculou uma pena total de 17 anos de reclusão, 100 dias-multa e R\$ 30 milhões em danos morais coletivos (valor a ser ressarcido em conjunto com outros réus). Dos



Rosinei Coutinho/SCO/STF

Ainda falta o julgamento de outro réu, o único que está solto até o momento

ministros que acompanharam o relator, apenas Cristiano Zanin propôs um cálculo diferente da pena, de 15 anos de prisão.

Aécio Pereira é um ex-funcionário da empresa de saneamento paulista Sabesp, morador de Diadema (SP). Ele foi preso em flagrante no Senado Federal.

Segundo réu

Após Aécio, o segundo a ser julgado e condenado foi Thiago de Assis Mathar, que foi preso no dia dos ataques no Palácio do Planalto pela Polícia Militar do DF (PMDF). Durante a sessão, o advogado dele, Hery Waldir Kattwinkel, trouxe novamente o argumento de que “não são todos os acusados presos que cometeram essa ‘bandalheira’ ao invadir os Três Poderes.

“Nós temos, sim, que olhar para cada grupo: existe o grupo dos executores, mas também existe o grupo dos manifestantes. Não podemos colocar no mesmo balaio aquelas pessoas que estiveram com pensamentos psicológicos diferentes. Como defendeu o ministro Nunes [Marques]: não há vínculo psicológico”, defendeu.

No entanto, os ministros discordaram da sustentação oral do advogado. Para Moraes, “a sucessão de casos só reforça a ideia de uma associação criminosa”.

“Com uma organização idêntica em todos os locais. E como disse um dos inquiridos, chegaram nos financiadores”, completou.

Terceiro réu

O terceiro julgado foi Matheus Lima de Carvalho Lázaro.

Jefferson Rudy/Agência Senado



Dutra foi várias vezes rebatido por Eliziane Gama

ônibus no dia 7 não eram as mesmas que estavam acampadas no Setor Militar Urbano.

A relatora da CPMI, senadora Eliziane Gama (PSD), rebateu as afirmações do general. Lembrou, por exemplo, que foi no acampamento que George Washington Sousa planejou a colocação de uma bomba em um caminhão próximo ao Aeroporto de Brasília.

Além disso, o general disse que não sabia da presença de mili-

Ele é morador de Apucarana (PR) e foi preso na Esplanada dos Ministérios no dia dos ataques portando um canivete após retornar da Praça dos Três Poderes.

Tal como o advogado de Thiago, a advogada de Matheus, Larissa Claudia de Araújo, declarou em sua sustentação oral que seu cliente foi para a Esplanada em 8 de janeiro manifestar pacificamente. A sustentação dela foi criticada por ter sido “levada pela emoção”. Para a ministra Carmen Lúcia, o Supremo não está “cuidando de deixar ‘coitados’” presos.

“Coitados são todos os brasileiros que veem a sua democracia, tão duramente conquistada, ser alvo de comportamentos criminosos que poderiam ter tido consequências para o presidente e para o futuro”, destacou.

tares da reserva no acampamento. A relatora novamente lembrou da existência de um grupo que se autointitulava “boinas vermelhas”, que postava imagens nas redes sociais onde circulavam fardados pelo acampamento e discursavam em palcos montados entre as barracas.

Dutra também declarou que a estratégia que o Exército estava seguindo era para impedir a logística e infraestrutura do acampamento. De novo, foi rebatido por Eliziane, que citou que a pedido do Exército foram enviados serviços de coleta de lixo e limpeza do acampamento, e que as pessoas recebiam água e alimentos sem serem impedidos pelos militares.

Braga Netto

A CPMI marcou o depoimento de Walter Braga Netto para a próxima terça-feira (19). A oitiva acontecerá uma semana depois do, ex-ministro da Casa Civil de Jair Bolsonaro (PL), ter seu sigilo telefônico quebrado pela Polícia Federal na investigação sobre a polêmica das joias.

CPMI: Dutra defende Exército em depoimento

Por Ana Paula Marques

O general Gustavo Henrique Dutra declarou que “não houve inércia” do Exército na contenção dos atos golpistas em seu depoimento à CPMI que investiga a invasão e depredação dos prédios da República no dia 8 de janeiro. Dutra era o responsável pela região do Quartel General em Brasília, onde centenas de pessoas ficaram acampadas por cerca de dois meses antes das invasões às sedes dos três poderes.

Perguntado sobre a retirada desses grupos, o general defendeu que em nenhum momento impediu a desmontagem do acampamento e também afirmou que não era da competência do exército afirmar que o acampamento era “legal ou ilegal”.

Dutra usa, em sua defesa, o argumento de que a Justiça não solicitou a remoção dos acampamentos, por isso então, não poderia desmobilizar a manifestação golpista que vinha acontecendo, sob risco de violar o direito a protestar. “Não cabia ao Exército fazer qualquer juízo de valor sobre o teor das manifestações ou o controle de legalidade das pautas reivindicadas”, disse Dutra ao falar que as manifestações em frente ao QG eram pacíficas e afirmar que a retirada das pessoas que manifestaram foi feita aos poucos e contou com a cooperação das mesmas.

Contradições

O general, que também era comandante do Comando Militar do Planalto, declarou também que as pessoas que chegaram nos

Câmara conclui votação da minirreforma

Por Ana Paula Marques

A Câmara dos Deputados concluiu na última quinta-feira (14) a votação do primeiro Projeto de Lei (PL), apelidado de minirreforma, que altera algumas das regras eleitorais. O texto base foi aprovado na última quarta, porém, faltava votar os destaques — feito pelos parlamentares — que altera alguns pontos do projeto-base. Para tramitar na casa em menor tempo possível, o projeto foi dividido em duas propostas, sendo votado em urgência para que já se faça valer as alterações na próxima eleição, em 2024.

Entre alguns dos destaques aprovados estão: a alteração que acaba com as prestações de contas parciais durante a campanha; a obrigatoriedade de que partidos cumpram individualmente a cota de 30% de candidaturas femininas e passa a ser permitido doações por meio do PIX sem precisar se feita por chave de CPF.

A segunda proposta, que tramita como projeto de lei

complementar também foi aprovada, e assim como o primeiro projeto, agora segue para o Senado Federal.

Cotas

Na prática, a cota mínima de 30% de candidaturas de mulheres não será mais obrigatória para um partido, e sim para a federação. Ou seja, se mais de uma sigla estiver federada, a cota deverá ser cumprida pelo conjunto. Já o dinheiro repassado para candidaturas femininas não será mais exclusivo para custeio da candidatura de mulheres, ou seja, candidatos homens poderão usar a verba, inclusive para propaganda, se houver benefício para a candidatura feminina.

Os repasses para as cotas continuam proporcionais, o texto base defendia o repasse mínimo de 30%, porém, ficaria a critério do partido se os valores seriam repassados a essas candidaturas ou não. Como houve destaque e alteração, continua valendo a determinação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que regulamenta, por exemplo, que se existir 40% de candidaturas femininas, 40% da verba do partido

será repassado a essas candidaturas.

O que vai ao contrário de outro texto que tramita na câmara, a PEC da Anistia, que propõe diminuir esses valores para somente 20% tanto para mulheres quanto para negros, mas nada se fala sobre proporcionalidade.

Doações

Já a transação via PIX valerá como doação oficial e as informações sobre os repasses será encaminhada a Justiça Eleitoral pelas instituições financeiras. Os valores de doação de pessoas físicas serão limitadas a R\$ 2.855,97 ou até 10% dos rendimentos do ano anterior.

Candidatos a vice ou suplente serão autorizados a usar recursos próprios nas campanhas majoritárias, que são as de presidente, governador, prefeito e senador.

Se o texto for aprovado, será permitido fazer propaganda eleitoral na internet no dia da eleição, além disso, também será permitido a propaganda de candidatos de partidos diferentes. Hoje, candidatos só podem usar imagem de outros candidatos que pertencem a sua sigla.

Pacheco sem pressa

Para se tornar lei e valer para a próxima eleição, o texto precisa tramitar no Senado Federal e ir à sanção do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) antes do dia seis de outubro deste ano, por isso parlamentares da Câmara votaram a proposta em urgência. Porém, o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), disse não ter pressa para aprovar o texto e que a prioridade é entregar um projeto amadurecido.

“Assim que essa matéria chegar, vou despachar para a CCJ para que seja pensada ao Código Eleitoral [...] Não podemos produzir uma legislação na pressa. Não haverá nenhum acoadamento [...] e se for possível conciliar um trabalho bem feito com a aplicação em 2024, ótimo, se não for possível, paciência”, afirmou Pacheco.

O presidente do Senado disse ainda que essas constantes alterações, tanto do Congresso, quanto da Justiça Eleitoral, causam “instabilidade” no processo eleitoral brasileiro. “A cada eleição temos uma regra. Isso não é bom. Chegou o momento de amadurecermos um projeto que seja sólido”, defendeu.